

à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, para as seguintes categorias:

Técnico profissional de biblioteca e documentação especialista principal a candidata Maria do Rosário Gomes Martinho Santos, escalão 1, índice 316.

Técnico profissional de biblioteca e documentação especialista o candidato António Henrique Francisco Rodrigues, escalão 4, índice 316.

Técnico profissional de animação desportiva principal o candidato José João Martins Rodrigues, escalão 4, índice 274.

Técnico profissional de biblioteca e documentação principal as candidatas Maria Aline Anastácio Luz Conceição, escalão 4, índice 274, Ana Maria Correia Rita Santos Lourenço, escalão 3, índice 259, e Rita Nunes Aveiro, escalão 3, índice 259.

O prazo de aceitação da nomeação é de 20 dias a contar da data da sua publicação no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Janeiro de 2007. — A Chefe de Divisão de Recursos Humanos, no uso da competência delegada, *Carla Ribeiro*.

3000225328

## CÂMARA MUNICIPAL DO BOMBARRAL

### Aviso n.º 2949/2007

#### Nomeação de pessoal operário principal

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 9 de Janeiro de 2007, nomeei definitivamente no lugar de asfaltador principal Paulo António de Jesus Nunes (12,31 valores) e no lugar de canalizador principal João Pedro Ezequiel Mendonça (13,72 valores), candidatos aos concursos abertos por aviso publicado no *Diário da República*, de 19 de Outubro de 2006. [Isentos de fiscalização prévia, nos termos do artigo 114.º, n.º 3, alínea c), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

19 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luís Alberto Camilo Duarte*.

3000225253

### Aviso n.º 2950/2007

#### Concursos internos gerais de acesso — Pessoal operário principal

Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho de 20 de Novembro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a partir do dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para:

Referência A — um canalizador principal;

Referência B — um asfaltador principal;

do quadro de pessoal desta autarquia, cujos processos se regem pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Julho, e pelas cláusulas regulamentares do presente aviso.

Para além dos requisitos gerais de provimento em funções públicas, são requisitos especiais de admissão ao concurso os estabelecidos:

Referências A e B — no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, republicado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

1 — Os concursos são válidos por um ano e visam o preenchimento dos lugares postos a concurso e os que vierem a vagar até ao termo do prazo de validade.

2 — O local de trabalho é na área do concelho do Bombarral.

3 — As candidaturas serão formalizadas em requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal do Bombarral, Largo do Município, 2540-046 Bombarral, em modelo tipo a fornecer pelo Gabinete de Gestão de Recursos Humanos e entregue pessoalmente, ou enviado pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, e expedido até ao termo do prazo, ou ainda através de *download* do impresso modelo n.º 02-2007-GGRH no *site* www.cm-bombarral.pt, dele devendo constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu e respectiva validade, número fiscal de contribuinte e residência);

b) Habilitações literárias;

c) Categoria detida, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

d) Lugar a que se candidata, referenciando a data de publicação do presente aviso;

e) Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem passíveis de influenciar o seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, as quais só serão consideradas se devidamente comprovadas;

f) Descrição dos documentos anexos ao requerimento.

4 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Certificados das habilitações literárias;

b) Cópia do bilhete de identidade;

c) Documentos comprovativos dos requisitos enunciados nas alíneas a), b), d), e) e f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os quais são dispensados temporariamente desde que os candidatos declarem no respectivo requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos enunciados nas citadas alíneas;

d) Declaração comprovativa da posse dos requisitos especiais, emitida pelo serviço a que o candidato pertence, devidamente autenticada e actualizada, da qual conste, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo, a categoria e o escalão detidos, a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço atribuída nos últimos três anos (pelas respectivas expressões quantitativas, sem arredondamento);

e) Certificados, autênticos ou autenticados, comprovativos das acções de formação frequentadas na categoria que actualmente detém, com indicação das entidades que as promoveram, períodos em que as mesmas decorreram e respectiva duração;

f) Currículo profissional detalhado, datado e assinado;

g) Cópia das classificações de serviço dos anos relevantes para concurso, devidamente autenticadas pelos serviços de origem;

h) Documentos comprovativos dos factos referidos na alínea e) do n.º 3 deste aviso.

5 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.

6 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

7 — A falta de apresentação dos documentos exigidos no presente aviso implica a exclusão dos candidatos, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

No entanto, o(s) candidato(s) pertencente(s) ao quadro de pessoal desta Câmara Municipal está(ão) dispensado(s) da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do processo individual, devendo para tal declará-lo, sob compromisso de honra.

8 — A avaliação e selecção dos candidatos será efectuada através de avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

9 — Na classificação final é adoptada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que na classificação final obtenham classificação inferior a 9,5 valores, sendo adoptada a seguinte fórmula classificativa:

$$CF = \frac{AC + EPS}{2}$$

em que:

CF = classificação final;

AC = avaliação curricular;

E = entrevista profissional de selecção.

10 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas da reunião dos júris e encontram-se à disposição dos candidatos nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — Os interessados têm acesso, nos termos da lei, às actas e aos documentos em que assentam as deliberações do júri.

12 — A lista dos candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão publicadas no *Diário da República* ou afixadas no átrio do edifício dos Paços do Município, conforme os artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Julho, o júri terá a seguinte composição:

Referência A:

Presidente — Engenheira técnica de 2.ª classe Catarina Joanaz Branco, que será substituída, nas suas faltas e ou impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

Vogais efectivos:

Encarregado António dos Santos Belchior.

Serralheiro civil principal Francisco António Gomes Simão.

Vogais suplentes:

Canalizador principal Guido José Soares Batista.  
Mecânico de contadores principal António dos Santos Costa.

Referência B:

Presidente — Engenheira técnica de 2.ª classe Catarina Joanaz Branco, que será substituída, nas suas faltas e ou impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

Vogais efectivos:

Encarregado José Rodrigues Conceição Correia.  
Asfaltador principal Florêncio Pedro Carvalho Marques.

Vogais suplentes:

Mecânico principal António Augusto Conceição Oliveira.  
Montador electricista José Luís da Silva Alves Mil-Homens.

22 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luís Alberto Camilo Duarte*.

3000225254

## CÂMARA MUNICIPAL DE CORUCHE

### Aviso (extracto) n.º 2951/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 17 de Novembro de 2006 do vereador com competência delegada, foram nomeados para dois lugares de auxiliar de serviços gerais Joaquim Henrique Monteiro e Joaquim da Silva Pais, candidatos aprovados e classificados, respectivamente, no 1.º e no 2.º lugares no concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de auxiliar de serviços gerais, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 68, de 5 de Abril de 2006, e divulgado através da ordem de serviço n.º 17/2006, de 5 de Abril.

Os candidatos nomeados deverão tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série (extinta 3.ª série). (As presentes nomeações não estão sujeitas a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Janeiro de 2007. — O Vereador, com competência delegada, *Nelson Fernando Nunes Galvão*.

1000310642

## CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

### Aviso n.º 2952/2007

Para os devidos efeitos e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que, por meu despacho de 5 de Dezembro de 2006, foram celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo, pelo período de um ano, com início em 2 de Janeiro de 2007, ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com Augusto António Nunes Mendes e Dionísio Simões Rodrigues para a categoria de cantoneiro, operário qualificado.

18 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luís Ribeiro Pereira*.

3000224223

## CÂMARA MUNICIPAL DA GOLEGÃ

### Aviso n.º 2953/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho de 5 de Fevereiro de 2007, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi prorrogado, por mais um ano, o prazo do contrato de trabalho a termo resolutivo, celebrado em 20 de Fevereiro de 2006, ao abrigo do n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com Fabiana Rita Dinis Freire, para o exercício das funções de técnico superior de 2.ª classe, ficando válido até 20 de Fevereiro de 2008.

A celebração do contrato foi publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 47, de 7 de Março de 2006.

5 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Veiga Maltez*.

1000310635

## CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA

### Aviso n.º 2954/2007

#### Nomeação em comissão de serviço extraordinária

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 17 de Dezembro, torna-se público que, por despacho de 25 de Janeiro de 2007, foi o funcionário Joaquim Manuel Raro da Cruz, motorista de ligeiros, posicionado no escalão 1, índice 142, nomeado em comissão de serviço extraordinária na carreira de motorista de transportes colectivos, escalão 1, índice 175.

A nomeação em comissão de serviço extraordinária foi, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, pelo período de seis meses, findos os quais, e se for revelada aptidão, será o nomeado reclassificado. Este deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias úteis após publicação do presente aviso.

29 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*.

1000310672

## CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

### Aviso n.º 2955/2007

Para os devidos efeitos, se torna público que, por despacho do vereador de Pessoal de 30 de Janeiro de 2007, no uso de competências delegadas, ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, foi reclassificado, de acordo com o n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, Nelson José Rodrigues Peixoto, auxiliar administrativo, escalão 1, índice 128, para a categoria de assistente administrativo, escalão 1, índice 199.

O reclassificado tomará posse no prazo de 20 dias a contar da data publicação do presente aviso. (O processo está isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

30 de Janeiro de 2007. — O Vereador de Pessoal, *Domingos Bragança*.

3000225232

### Aviso n.º 2956/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despachos do vereador de Pessoal de 21 de Dezembro de 2006, no uso de competências delegadas ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram nomeados, nos termos do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e do n.º 8 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de Março, Carla Patrícia Silva Ferreira, David António Silva Costa, Liliana Andreia Silva Fernandes, Nuno Filipe Costa Oliveira, Nuno Miguel Silva Ferreira, Paulo Jorge Costa Maia, Raquel Fernanda Sousa Soares, Rui Filipe Silva Teixeira, Sofia Isabel Pereira Almeida e Vítor Manuel Nunes Costa.

Os nomeados serão remunerados pelo escalão 1, índice 199, nos termos do anexo II do Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de Março, e tomarão posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso. (Os processos estão isentos de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

31 de Janeiro de 2007. — O Vereador de Pessoal, *Domingos Bragança*.

3000225263

## CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA (AÇORES)

### Aviso n.º 2957/2007

Nos termos do prescrito no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 24 de Janeiro de 2007, nomeei definitivamente as candidatas Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota e Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão para os lugares vagos no quadro de pessoal desta autarquia de técnico superior de 1.ª classe (relações públicas e geógrafa), na sequência do concurso interno de acesso limitado afixado em 30 de Outubro de 2006.